



Tribunal de Justiça do Maranhão  
Diário da Justiça Eletrônico

**AVISOLIC-CLCONT - 62019**  
( relativo ao Processo 40882019 )  
Código de validação: 2C16E7E729

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico SRP nº 05/2019  
Processo nº 4088/2019

Objeto: Registro de preços para aquisição de papel A4; Abertura: 27/02/2019 às 10:00h (horário de Brasília); Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 13 de fevereiro de 2018. Allyson Frank Gouveia Costa - Pregoeiro TJMA.

KATIA ARAÚJO GONÇALVES  
Pregoeiro Oficial  
Coordenadoria de Licitação e Contratos  
Matrícula 108159

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 13/02/2019 09:04 (KATIA ARAÚJO GONÇALVES)

Informações de Publicação

28/2019	13/02/2019 às 11:51	14/02/2019
---------	---------------------	------------



-0,04%  
BOVESPA  
96.122 PTS



+1,05%  
DÓLAR  
R\$ 3,75



+0,52%  
EURO  
R\$ 4,22



-0,33%  
OURO  
R\$ 156,88



+0,41%  
NASDAQ  
7.445 PTS

## BRF recolhe frango por risco de contaminação por salmonella

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária foram informados do ocorrido e da decisão da empresa

BRASÍLIA

A empresa brasileira de alimentos BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, anunciou ontem (13) o recolhimento de aproximadamente 164,7 toneladas de carne de frango *in natura* destinadas ao mercado doméstico e de outras 299,6 toneladas do produto que seriam vendidas para outros países. Em comunicado ao mercado, a companhia informa que a carne pode estar contaminada pela bactéria *Salmonella enteritidis*.

Já estão sendo recolhidos do mercado nacional coxas e sobrecoxas sem osso, meio peito sem osso e sem pele (em embalagens de 15kgs), filezinhos de frango (embalagem de 1kg), filé de peito (embalagem de 2kg) e coração (embalagem de 1kg).

Os lotes possivelmente contaminados foram produzidos nos dias 30 de outubro de 2018 e entre 5 e 12 de novembro de 2018, na unidade de Dourados (MS), e receberam o carimbo de inspeção do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F. 18), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que pode ser verificado



Lotes contaminados foram produzidos entre outubro e novembro de 2018

na embalagem dos produtos.

**Informado**

Por precaução, a BRF optou por recolher todos os lotes. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram informados do ocorrido e da decisão da empresa. De acordo com o se-

cretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, José Guilherme Leal, "foi correto o procedimento adotado pela empresa na identificação do problema, no recolhimento voluntário do produto e na comunicação ao ministério e à Anvisa".

O Ministério da Agricultura informou, em nota, que o Serviço de

Inspeção Federal (SIF) está acompanhando o recolhimento, assim como a destinação correta do produto em estoque e o que retornará à indústria.

A empresa já iniciou o inventário e recolhimento dos produtos que se encontram em rota ou junto aos clientes no mercado interno e externo. Além disso, destacou um grupo de especialistas para investigar as origens do problema a fim de adotar medidas para que a contaminação não volte a ocorrer.

A produção da fábrica de Dourados está mantida, mas, de acordo com a BRF, "sob um processo rigoroso de manutenção e liberação dos produtos". O objetivo é assegurar que a ocorrência foi pontual e não se repetirá.

A BRF garante que a *Salmonella enteritidis* não resiste ao tratamento com calor, sendo eliminadas quando os alimentos são cozidos, fritos ou assados - o que, lembra a empresa, é a regra no consumo de produtos de frango *in natura*. Caso os alimentos não sejam devidamente preparados, a bactéria pode causar infecção gastrointestinal. Os sintomas mais comuns são: dores abdominais, diarreia, febre e vômito. ●

## Grupo discutirá a revisão do contrato de Itaipu

Tanto o Brasil quanto o Paraguai têm direito a 50% da energia produzida por Itaipu

BRASÍLIA

O Ministério de Minas e Energia criou um grupo de trabalho (GT) para coordenar os estudos do processo de revisão do tratado da Hidrelétrica Binacional Itaipu, localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e Paraguai. De acordo com portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, o grupo será formado por membros da pasta de Minas e Energia. O GT terá prazo de 60 dias para apresentar um plano de trabalho com as etapas necessárias para conclusão dos estudos.

O coordenador do GT poderá ainda convidar especialistas de outros órgãos e entidades, bem como representantes da sociedade civil e de associações, para participar das reuniões e dos trabalhos a serem desenvolvidos.

O trabalho recairá sobre o Anexo C do tratado, que trata da parte financeira do acordo. Assinado em 1973, o ele prevê que, em 2023, haverá revisão dos valores para venda da energia produzida pela usina.

Tanto o Brasil quanto o Paraguai têm direito a 50% da energia pro-

duzida, mas parte da eletricidade destinada ao país vizinho é vendida para o Brasil. Entre outros pontos, a discussão sobre a revisão do Anexo C vai recair sobre o custo da tarifa e a possibilidade de a energia da usina ser vendida a qualquer comprador, e não somente a Brasil e Paraguai. Depois dessa data, nova revisão só ocorrerá em 2073.

A energia vendida ao Brasil abastece clientes nas regiões Sul e Sudeste. Uma redução no volume ofertado ao Brasil ou o aumento no preço cobrado pela energia importada poderiam afetar a tarifa de energia elétrica no Brasil.

A tarifa de Itaipu é calculada pelo custo, e um componente importante nessa conta é o pagamento da dívida (de aproximadamente US\$ 27 bilhões) contraída para construção da usina. Esse financiamento, cujo pagamento equivale a cerca de dois terços da tarifa, estará totalmente amortizado em 2023. Mantidas as condições atuais, cada país terá a seu dispor US\$ 1 bilhão por ano, para investimentos diretos. ●

Íntegra em [oestadoma.com/458717](http://oestadoma.com/458717)

## CDL debate tributação fiscal em reunião com titular da Sefaz

O pacote de medidas adotadas pela Fazenda estadual no último mês de dezembro do ano passado foi o principal tema da palestra do secretário da Fazenda com os integrantes da classe empresarial

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL) Fábio Ribeiro presidiu a primeira reunião plenária da entidade em 2019 ontem (13), com a participação de dezenas de associados e convidados interessados em debater o tema central do encontro, e de interesse de todos: A Tributação Fiscal e a Política Tributária do Maranhão.

O secretário de Estado da Fazenda Marcellus Ribeiro Alves foi o palestrante convidado. Ele falou sobre o pacote de medidas adotadas pela Fazenda estadual no último mês de dezembro (Lei nº 10.956/05.12.18), destacando aspectos relacionados ao varejo e esclarecendo dúvidas sobre a sistemática de cobrança do impostos, além das medidas de incentivo que o Governo tem feito desde 2015, em especial aquelas voltadas para as micro e pequenas empresas, que juntas geram cerca de 90% dos empregos do Estado, segundo ressaltou o secretário.

"O Governo tem promovido redução de carga tributária, assim como procurado reduzir também a burocracia. O resultado recente foi o aumento do faturamento das micro e pequenas empresas", afirmou Marcellus Ri-



O secretário Marcellus Ribeiro Alves fala durante palestra na CDL

beiro, mostrando que o faturamento cresceu quase 40% no período de 2014 a 2018.

**Encontro**

Para o associado Emílio Bello, proprietário da Farmácia Garrido, o encontro foi relevante para garantir a competitividade dos lojistas ludovicenses. "A questão fiscal é um tema sempre muito sensível para o empresariado e diante de um cenário nacional de tantas mudanças. É muito válido entender a visão do Governo Estadual e como pretende apoiar as empresas para que possamos ter

condições de competitividade, para gerarmos empregos e termos a economia aquecida. Esse diálogo foi muito válido", disse o lojista.

Fábio Ribeiro, presidente da CDL, avaliou como bastante produtiva a reunião. "Agradecemos ao secretário Marcellus Ribeiro pela ampla explanação que fez, e a sua abertura para discutir e dialogar com os lojistas sobre as medidas adotadas pela Fazenda Estadual desde dezembro de 2018 (Lei nº 10.956), que a princípio causou entre os lojistas muitas dúvidas e algumas apreensões. Mas

dentro desse pacote também houve vantagens, a exemplo do aumento da alíquota do Simples Nacional de São Luís, que saiu de 2 milhões e quatro mil para 3 milhões e seiscientos mil. Para nós associados, na sua maioria adeptos do Simples, isso foi muito positivo", destacou Fábio Ribeiro.

O secretário Marcellus Ribeiro ressaltou ainda em sua apresentação a execução de uma "política fiscal justa, transparente e com retorno social" que vem sendo praticada pelo Governo Flávio Dino, e como resultado apontou consequências positivas e que garantem competitividade ao Estado. "O Maranhão é o segundo estado que mais criou empregos no Nordeste em 2017 segundo dados do Caged. O estado tem a gasolina mais barata do Brasil (dados da Globo) e foi o primeiro estado a pagar a parcela do 13º salário em 2017. E mais: a agência de risco Fitch Ratings elevou as notas da economia maranhense e aponta uma situação fiscal adequada; além do Maranhão ter a segunda melhor situação fiscal do país segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan)", ressaltou o secretário de Estado da Fazenda do Maranhão. ●





Sacop ▾ Fornecedor ▾ Aviso ▾ Processo de Contratação ▾ Contrato ▾ Certidões ▾

[← Voltar](#)

Processo de Contratação - LICITAÇÃO

Informações do processo		Processo de Contratação - Licitação	
<a href="#">Modificação do Instrumento Convocatório</a>			* Campos obrigatórios
<a href="#">Impugnação do Instrumento Convocatório</a>			
<a href="#">Identificação Item/lote</a>			
<a href="#">Licitantes</a>	Cod.	92421	
<a href="#">Propostas</a>	Exercício *	2019	
<a href="#">Impugnação do Processo de Contratação</a>	Nº do processo administrativo / ano *	<input type="text" value="4088"/> / <input type="text" value="2019"/>	
<a href="#">Desistência da Proposta</a>	Nº do Instrumento Convocatório / ano *	05 / 2019	
<a href="#">Diligências</a>	Modalidade da Licitação *	PREGÃO ELETRÔNICO	
<a href="#">Anulação / Revogação do procedimento</a>	Tipo de Licitação *	MENOR PREÇO	
<a href="#">Recursos Administrativos</a>	Finalidade do Procedimento *	REGISTRO DE PREÇOS	
<a href="#">Resultados</a>	Sistema eletrônico utilizado pelo Pregão Eletrônico	COMPRASNET	
<a href="#">Sanção ao Licitante</a>	Regime de Execução *	FORNECIMENTO	
<a href="#">Arquivos</a>	Objeto *	Registro de preços para aquisição de papel A4	
	Item ou lote *	<input type="radio"/> LICITAÇÃO POR ITEM <input type="radio"/> LICITAÇÃO POR LOTE	
	Nome da entidade que autiza:	<input type="text"/>	



# Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Portal das Finanças Online

[Orçamento](#) | [Financeiro](#) | [Licitações](#) | [Contratos e Atas SRP](#) | [Quadro de Pessoal](#) | [Estrutura Remuneratória](#)  
[Receitas](#) | [Precatórios](#) | [Veículos](#) | [Relatórios de Gestão Fiscal](#) | [Resoluções CNJ](#) | [Termos Administrativos](#)

RESUMO DAS LICITAÇÕES								
<< voltar		CPF/CNPJ, Favorecido ou Objeto: <input type="text"/>			Pesquisar		ANO: 2019 <input style="border: none; background-color: #ccc; padding: 2px 5px;" type="button" value="v"/>	
Nº	NºProcesso	Objeto	Dt.Publicação	Dt.Abertura	Vr.Estimado	Vr.Adjudicado	Fornecedor / nº itens / valor	Edital
PE 0002/2019	43767/2018	Contratação de empresa(s) especializada em fornecimento sob demanda de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, bem como os botijões de 13 kg.	18/12/2019	22/01/2019	105.931,14	0,00		
PE 0005/2019	4088/2019	Registro de preços visando à aquisição de papel A4	14/02/2019	27/02/2019	1.197.000,00	0,00		
PE 01/2019	50.867/2018	Registro de preços de serviços de publicação, em jornais de grande circulação local/regional, de avisos de licitação, suspensão, adiamento e outras matérias relacionadas ao processo licitatório, conforme especificações deste Termo de Referência	14/12/2018	15/01/2019	51.680,00	0,00		
TOTAL ==>							0,00	
Páginas: 1							Registros:3	
VALORES EM R\$1,00								

Poder Judiciário do Estado do Maranhão - Tribunal de Justiça do Maranhão